

ORGANIZADORES

Ana Luiza Carvalho da Rocha

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, RS, Brasil.

miriabilis@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2294-5932>

Cornelia Eckert

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, RS, Brasil. Email

chicaeckert@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2815-7064>

Manuel Ferreira Lima Filho

Universidade Federal de Goiás.

Goiânia, GO, Brasil.

limafilho@ufg.br

<https://orcid.org/0000-0003-3074-4927>

Apresentação

Escrevemos esta apresentação no terceiro final de semana de agosto que é considerada a data comemorativa do Patrimônio Cultural no Rio Grande do Sul decretado pelo Estado por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (Iphae). Todos os municípios são convidados para promover atividades de reconhecimento, de sensibilização, de valorização e de preservação do patrimônio cultural. Interessante é que o tema do evento é intitulado *Cultura e Cidadania* com o propósito de “reforçar a importância da diversidade cultural, da participação cidadã e do direito ao acesso às referências culturais do nosso Estado”.¹ Ora, um dos principais aspectos para hoje, alcançar uma perspectiva mais democrática e cidadã para divulgação e partilha do patrimônio cultural e o conhecimento científico sobre o papel do acervo e coleções é o processo de “tecnologização” que o mundo digital tem proporcionado.

A internet atravessou todas as fronteiras do globo e se tornou uma ferramenta poderosa de preservação e de duração das narrativas, dos saberes e dos fazeres produzidos no âmbito das práticas culturais. Os repositórios digitais, neste ínterim, democratizam o acesso de forma simétrica mesmo sabendo, é claro, que para muitos países e para contextos interioranos, as fibras óticas ainda não se consolidaram.

Trazemos neste dossiê n. 65 da Revista *Iluminuras*, intitulado de "Questões para o Patrimônio Antropológico: Repositórios digitais, acervos e museus", artigos que têm por foco, o mundo digital. A digitalização da produção cultural exigiu, da pesquisa científica, uma atualização na organização do material cultural, antropológico e dados etnográficos pesquisados. Em especial, o tema da divulgação e extroversão dos dados científicos são colocados em pauta de prioridade para visibilidade dos resultados de pesquisa tanto para acesso das comunidades pesquisadas quanto para o acesso da comunidade acadêmica e científica de modo amplo.

Nós mesmo, organizadores desta Revista, temos dedicado anos de nossa vida acadêmica a produzir um acervo digital de coleções etnográficas divulgadas no suporte midiático e mais recentemente operacionalizado no formato de repositório digital Tainacan. No caso das autoras gaúchas no projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais

¹ <https://cultura.rs.gov.br/sobre-o-dia-do-patrimonio-2023> Consulta 20 agosto 2023

na Universidade Federal do Rio Grande do Sul <https://www.ufrgs.br/biev/>, no caso do autor goiano no projeto Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás <https://museu.ufg.br>

O projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais está sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seguimos por anos o processo de criação de um repositório digital de pesquisas que começa a ser disponibilizado na Internet, através da plataforma Tainacan, significa a possibilidade de reconceituação do patrimônio e ressignificação das instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão atuarem como agentes do patrimônio, o que nos traz a possibilidade de aprimoramento das metodologias voltadas não apenas a Educação Patrimonial mas à Educação aos Direitos Humanos.

Entendemos por Direitos Humanos em sua base democrática de forma ampla e complexa que inclui o direito à memória do ofício, à memória do trabalho e às narrativas de seus saberes e fazeres que construíram ao longo do tempo as múltiplas formas expressivas da vida humana. Vale ressaltar que inúmeros protocolos internacionais foram firmados, no mundo Ocidental, em defesa do patrimônio cultural urbano após a Segunda Guerra Mundial, sendo que apenas recentemente, com a enchente de Florença, de 1966, que países europeus, americanos e africanos passaram a reconhecer a necessidade de uma mudança de paradigma no tratamento de coleções e de acervos móveis ou imóveis.

Trata-se, com esta proposta, de ampliar a pesquisa etnográfica em hipermídia do Biev, no sentido do estudo dos processos de patrimonialização da produção antropológica audiovisual, considerando-a como portadora de um valor cultural específico. Os acervos sob a guarda de laboratórios e núcleos de pesquisa em Antropologia visual, como o caso do Biev, concentram produções culturais que resultam das relações de colaboração dos pesquisadores com seus parceiros de pesquisa e, portanto, a eles devem retornar. Isto posto, propomos refletir sobre a produção do conhecimento científico e tecnológico tendo em vista uma proposta de requalificação do seu patrimônio nos termos de uma Ciência aberta.

Nestes termos, investimos em uma revisão do conceito de Patrimônio Cultural operado para uma perspectiva mais aberta de acesso aos repertórios digitais. Referimo-nos aqui as categorias “Dever de Memória”, proposta por Reyes Mate

(Fundamentos de una Filosofía de la memoria, 1969), e a de Ética da memória, desenvolvidas pelos pensadores da Escola de Frankfurt, sobretudo Walter Benjamin (Passagens, 2007) e Theodor Adorno (O que significa elaborar o passado, 1995), segundo as quais devemos estar atentos que todo o conhecimento, científico ou não, está ligado diretamente a manutenção de uma postura ética frente os acervos, documentos e arquivos pertencentes ao grupos sociais com os quais entramos em contato em nossa atuação profissional.

No que tange ao projeto desenvolvido sob a coordenação de Manuel Ferreira Lima Filho, a plataforma digital Tainacan, *software-livre* para gestão de acervos culturais digitalizados financiada pelo governo brasileiro e desenvolvida pela equipe de profissionais da Universidade Federal de Goiás em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), tem sido o suporte técnico-profissional que abriga os acervos digitais do Museu Antropológico em parceria com o Laboratório de Alto Desempenho (LANCAD) da Universidade Federal de Goiás. De acordo com a equipe responsável pela plataforma: “trata-se de ferramenta inovadora, simples, mas extremamente potente, que consegue responder de maneira efetiva a grande parte dos requisitos técnicos específicos apresentados pelo desenho de uma política de acervos a partir da perspectiva da cultura digital brasileira”.

Vários acervos brasileiros como, exemplo, o Museu do Índio, usa a plataforma para além da integração com outros acervos e permite o alinhamento de informações e re-unificação de dados e reflexões críticas sobre as práticas de colecionamento e suas representações (Pereira, e Lima Filho, 2023) e ao mesmo tempo o livre acesso pelas comunidades indígenas de seus pertences culturais.

Acreditamos que as leitoras e os leitores irão apreciar este dossiê que reuniu artigos potentes para tratar das experiências de repositórios digitais que atravessa a preocupação das instituições que lidam com patrimônio cultural e patrimônio científico. No fundo são contribuições para o patrimônio antropológico problematizado a partir do contexto tecnológico de outras modalidades de apresentação e divulgação da produção sociocultural que não o impresso que vive, atualmente, a virada para tornar-se igualmente objeto raro e caro, além de trazer para o palco o embate entre depredação ecológica e lixo eletrônico. Mas este é assunto para um próximo número. No momento

vamos aproveitar estes trabalhos que evidenciam que os repositórios digitais estão na linha de frente de todos os projetos patrimoniais, museológicos e arquivísticos.

Oferecemos neste dossiê os artigos de Ana Carolina Pais Pellegrini e Fabíola Andréa Silva, intitulado “Curadoria de coleções fotográficas em museus. Reflexões a partir de um conjunto de fotografias do povo Asurini do Xingu”. Na sequência Hugo Menezes, com “Musealizando a diferença: Acervos e museus virtuais LGBTQIAPN+”.

De Sabrina Dinola, Bianca Rihan, Regina Abreu e Iria Borges, o artigo intitulado “Partilhas virtuais, atos compartilhados: transposição de acervos de pesquisas e construções coletivas de pesquisadores nativos”. Em seguimento o artigo de Flávia Rieth, com o título “O acervo documental do inventário da lida campeira sob o olhar do desenho”. Em continuidade, de Letícia Vieira Braga da Rosa, “Experiência com fontes e repositórios digitais no mapeamento do percurso migratório das famílias açorianas de San Carlos e Jaguarão”.

De Leonarda De La Ossa Arias, “La(s) memoria(s) y sentido(s) de ancestralidad como constantes tensiones y disputas: *Tanüñiwün* y la activación de archivo(s) cosmopolítico(s) Mapuche Tehuelche. Segue o artigo de Julia Amorim e Alex Vailati, “O Museu SUAPE: reflexões sobre a contramusealização dos acervos visuais”. Na sequência o artigo de Mônica Fagundes Dantas, Verônica Maria Prokopp de Oliveira, Suzane Weber da Silva, apresenta “Processos de documentação de fotografias na criação de um arquivo digital de dança”. Segue o artigo de Emanuelle Bianca Dallara e Túlio Fernando Mendanha, “Museu antropológico da Universidade Federal de Goiás e o uso de recursos tecnológicos no contexto de isolamento social”.

De Rosely Anacleto de Jesus Morais de Almeida, o artigo intitulado “Retratos de um SUS colonizado: signos e símbolos da memória ancestral da branquitude em Aracajú” e fechando nosso dossiê, de Jully Reis e Marco Brandão, “Quatro questões relacionadas aos acervos digitais e à historicidade na sociedade da informação”.

No módulo “Relatos de pesquisa” trazemos de Gleidson De Oliveira Moreira, “Imagens das lavadeiras da cidade de Goiás em repositórios museais”. De Carla Borges Mussoline e Marlise M. Giovanaz, o artigo intitulado “De igreja à patrimônio: a basílica Nossa Senhoras das Dores na memória de Porto Alegre” e, fechando este módulo, de Renan Bergo da Silva, “Fronteiras e zonas de indiscernibilidade: arte, artefatos e histórias em quadrinhos”.

No módulo “Entrevistas” temos a honra de publicar a entrevista realizada por Guillermo Stefano Rosa Gómez com a antropóloga visual Anna Grimshaw com o título “Experimental Paths in Visual Anthropology: interview with Professor Anna Grimshaw”. Esta entrevista aconteceu em Atlanta (EUA) no departamento de Antropologia da Emory University (Georgia, Estados Unidos), por ocasião do doutorado sanduíche de Guillermo naquela Universidade (2021-2022).

Por fim trazemos no módulo “Resenha”, o artigo de Mariana Petroni e de Hugo Ciavatta intitulado “Os limites da antropologia no filme Serras da Desordem”. E por último, a resenha de Márden C. M. Hott.

A capa é uma fotografia tirada por Cornelia Eckert da instalação do artista Christian Boltanski, intitulada *Faire son Temps*, no Centro George Pompidou de novembro de 2019 a março de 2020. O diagrama sobreposto é uma intervenção gráfica de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Felipe Fernandes.

Referências

PEREIRA, Edmundo e LIMA FILHO, Manuel F. Coleções, Colecionamentos e práticas de representação. Brasília: ABA. 2023.